

## **NO CENÁRIO DA ESCOLA (RE) VEMOS A DISCIPLINA VERSUS INDISCIPLINA ESCOLAR**

**Ernesto Candeias Martins**

Instituto Politécnico de Castelo Branco – Portugal  
Escola Superior de Educação - Dep.tº Ciências Sociais e da Educação

### **Resumo**

Hoje em dia a violência e a indisciplina adquiriu níveis de preocupação social e para os agentes educativos. A segurança nas escolas e a promoção de relações de convivência (socialização) constituem condições essenciais para a qualidade da educação/formação e para a promoção da educação para a cidadania. O autor aborda em três pontos a temática da indisciplina escolar. Enquanto, no primeiro ponto, se refere à fenomenologia da indisciplina/violência, no contexto escolar, no segundo ponto analisa os modos de prevenção e de construção da disciplina na sala de aula. Por último, propõe um programa educativo de intervenção com estratégias e procedimentos práticos para a sala de aula.

**Palavras Chaves:** ‘bullying’ escolar, indisciplina, prevenção, disciplina na escola, modelos educativos de intervenção.

### **Abstract**

#### **In the scene of the school disciplines we review it versus pertaining to school indiscipline**

Nowadays violence and indiscipline acquired levels highly preoccupying to the society and to the educative agents. The security in schools and the promotion of sociability relations constitute essential conditions to the quality of the education/formation and citizenship education. The author approaches in three points the thematic one of the pertaining to school indiscipline. While, the first point, refers to the phenomenology of the indiscipline/violence, in the pertaining to school context, the second point as analyzes the prevention ways and of construction of it disciplines in the classroom. Finally, he considers an educative program of intervention with strategies and practical procedures in the classroom.

**Key-words:** school ‘bullying’; indiscipline; prevention; discipline in school; educative models of intervention.

### **Introdução**

A disciplina e a violência escolar são na actualidade tema nos distintos meios de comunicação social, o que leva os políticos, a escola e os educadores a reflectirem sobre os meios, as normas, as metodologias e as estratégias para os prevenir (Charlot et Emin, 1997: 12-34). No panorama educativo europeu a violência também adquire níveis altos de preocupação para os governos e agentes educativos. Pedagogicamente a indisciplina e a violência nas escolas são abordados a partir de várias perspectivas teórico-conceptuais, pois são diversos e complexos os factores que as originam, por exemplo: a falta de motivação dos alunos para a aprendizagem, as consequências do consumo exacerbado, as mudanças

nas estruturas da família, o desemprego familiar, as condições económicas, as diferentes condições de acesso aos bens de consumo e outros conflitos oriundos da família, das relações em grupo e da própria (re) inserção social.

A escola intenta aplicar em direcções diversas algumas medidas sem ter, na maioria das vezes, sido preparada para desempenhar tal papel. Sabemos que a escola cristaliza algumas tensões da nossa sociedade e, por vezes, desmesuradamente, pois, é fábrica (espaço escolar) e relógio (tempo escolar) do trabalho formativo dos alunos e da disciplina colectiva, mas não é por si mesma um espaço de criação de violência, apesar de a reproduzir, a distintos níveis (Etxeberria Balerdi, 2001: 121-128). O que se verifica em muitas escolas é a indecisão dos responsáveis, em certos casos graves de indisciplina e violência, na aplicação do Código Disciplinar, ou uma certa confusão entre disciplina e autoritarismo ou autoridade e autoritarismo.

Efectivamente que a preocupação dos professores nas escolas é o de tornar o ambiente educativo de sala de aula disciplinado sem autoritarismo. A disciplina escolar emana, não apenas da organização curricular e do espaço da sala de aula, mas também, do clima sócio-institucional. Porém, acrescenta-se o facto de, na maioria das vezes, os próprios professores não possuem nem formação (inicial, contínua), nem estrutura e preparo para minimizar e suprimir a indisciplina que lhes surge na sala. É óbvio que, sem a incorporação da autodisciplina (auto-consciencialização), que é uma questão interna de cada aluno, será difícil manter uma disciplina externa (Estrela, 1992, p. 19-27; Lind and Maxwell, 1996, p. 37-46).

Pretendemos neste artigo, no contexto do sistema educativo português, provocar a reflexão sobre a indisciplina promovida ao nível escolar. A violência e os comportamentos de inadaptação escolar são provocados, quase sempre, por uma inadequada acção educativa e metodológica aplicada nas escolas. Reconhecemos educativamente, que a discriminação, a intolerância e, até, a avaliação são, por vezes, meios de punição e coacção que podem ser interpretados de maneira diversa pelos alunos, pais e encarregados de educação.

No fundo, não propomos soluções mas sim uma reflexão sobre o ‘como’ e os ‘porquês’ desses fenómenos e conflitos gerados na escola. Esta deve ser inclusiva, um espaço sem violência, promotora de programas de intervenção, de modo a que aos professores lhes seja possível combinar os saberes com o ‘saber fazer’ e ‘saber actuar’, o saber com as competências, os valores de cidadania com o exercício democrático. Acreditamos que todos os momentos escolares são bons para ensinar e exercitar a (auto) disciplina, que deverá estar próxima do afecto, da relação pedagógica e da prática dos valores de cidadania (Amado, 2000, p. 11-16).

## **1 - A interface da (in) disciplina na sala de aula**

Nos últimos tempos tem surgido uma violência organizacional, com tendência a serem criadas situações de conflito que geram oportunidades para estigmatizar a violência de qualquer oponente. Certas forças da sociedade interagem para darem a impressão que a insegurança cresce na sociedade (aumento da espiral dos crimes) e nas escolas. Os

problemas de indisciplina e violência nas escolas são hoje um ingrediente fundamental da nossa cultura mediática (Olweus, 1993; Smith & Sharpa, 1994). No Simpósio do Conselho da Europa (1998) sobre o tema '*Violência na escola: sensibilização, prevenção, repressão*', reconheceu-se a complexidade do fenómeno, o qual tem a ver com as características e tendências individuais, com o contexto e modelos de família, com a escola, os '*mass media*' e com a própria sociedade.

De facto, a violência é uma construção social que varia segundo o meio, a cultura e o indivíduo, englobando uma diversidade de realidades e de aspectos muito específicos. Relaciona-se com o conceito de comportamento anti-social, integrando neste sentido certas condutas disruptivas dos sujeitos, que devem ser reprováveis através da escola. Os casos de maior indisciplina e/ou violência escolar ocorrem entre os 10 – 12 anos e os 15 ou 16 anos. Contudo, em Portugal, alguns inquéritos realizados nos últimos anos por diversos sindicatos de professores e pelo próprio Ministério da Educação revelam que no 1.º Ciclo (Ensino Básico) é onde há um certo aumento da indisciplina. Na prática a representação e percepção destes fenómenos é bem patente nas afirmações dos professores, responsáveis dos órgãos executivos e funcionários (Amado, 2001, p. 38-44).

É evidente que o clima social na sala de aula constitui uma componente do ambiente que se refere a determinadas características psicossociais que actuam interdependentemente na concretização dos objectivos educativos. Entre essas características, destacamos as interacções entre os alunos, entre o aluno e o professor, as acções dos alunos e do professor na realização das actividades e na melhoria da aprendizagem. Na verdade, as características dos alunos influem no clima social da aula (rendimento, atitudes e grau de participação dos alunos, níveis de satisfação dos professores, na relação ensino-aprendizagem, na relação pedagógica).

Tenho insistido, na qualidade de formador, que os professores devem ser bons observadores, reflexivos e criativos dentro das suas aulas, já que nelas se desenvolvem acontecimentos diversificados, enquanto o professor explica, interpela, motiva, orienta os alunos. Neste contexto espacial cabe ao professor implementar procedimentos de controlo da disciplina em relação a certas situações que se passam na sala de aula. De facto, há diversas interacções entre os alunos, entre o professor e os alunos, entre aqueles e a escola. Portanto, a observação, a comunicação e a reflexão estabelecidas nas relações entre os diversos elementos educativos, são importantes na perspectiva de uma pedagogia das relações humanas.

Além dessa forma de relacionamento pedagógico na sala de aula, há também questões ligadas aos processos de gestão de conflitos, perfil do professor e processos de liderança (do professor e de alunos), que exercem enorme influência no clima e no ambiente de aprendizagem. Por outro lado, o clima institucional influencia, de várias maneiras, os procedimentos e as formas de convivência no contexto da sala de aula, assim como, o ambiente externo ou envolvente à própria escola e a dinâmica social invadem o espaço escolar e exercem no (s) aluno (s) comportamentos díspares (Olweus, 1993, p. 72-

85; Smith and Sharp, 1994, p. 27-41).

A representação de aluno indisciplinado varia de professor, de escola para escola. Perante as variadas situações, acontecimentos e conflitos existentes na sala de aula, compete ao professor introduzir estratégias para os gerir e compreender de forma disciplinada, quer ao nível pessoal, quer ao nível do grupo – turma. Exige-se ao professor, não só uma formação específica, mas também atitudes e comportamentos pro-ativos necessários à construção da disciplina, à medida que realiza as suas actividades ou funções educativas. Estas estratégias de prevenção devem visar três dimensões: o ‘momento’ em que surge o acto de indisciplina ou comportamento anti-social; o grupo – turma aos quais se dirige a acção; e o conteúdo da acção preventiva (natureza da intervenção). Prevenir a tempo, de modo a não permitir difundir outras ocorrências de comportamentos irregulares dos alunos.

É verdade que a convivência harmoniosa na comunidade escolar é fruto de um processo de formação pessoal e social que torna possível a descoberta da necessidade e valor das normas elementares de convivência social. Cabe à escola introduzir um sistema de estímulos, criando um clima social com um bom nível de satisfação para os alunos, através de actividades motivadoras que lhes favoreçam o desenvolvimento de responsabilidades, a divulgação das normas disciplinares, a promoção do respeito entre iguais, etc. A cooperação entre as escolas e os serviços externos especializados faz todo o sentido no âmbito preventivo e na perspectiva terapêutica (Grotperter and Crick, 1996, p. 2330-2334).

Por conseguinte, as escolas necessitam de bons sistemas de controlo preventivo para ultrapassarem as violações das regras e outros tipos de problemas/conflitos. Contudo, esse controlo não é tudo, haverá que promover as ligações sociais e culturais (Fernández, 1998, p. 28; Vinyamata, 2002, p. 39-50). A prevenção não só deve impedir o aparecimento dos comportamentos anti-sociais e de indisciplina escolar, como deverá proporcionar, num contexto democrático, um ensino criativo, colaborativo e reflexivo, baseado na comunicação, nos valores e na participação activa no Projecto-Escola.

Nos casos de alunos mais problemáticos, a escola tem a obrigação de utilizar um plano trifásico de intervenção menos estigmatizante. A ajuda inicial deve ser dada pelo professor (primeira fase), depois pelos serviços (psico) pedagógicos de apoio na escola (segunda fase) e, finalmente, recorrendo aos serviços externos (terceira fase). O professor é a pessoa ideal para detectar os problemas de conflito e se encarregar de dar apoio ao aluno. Para poder intervir, o professor deve ter coerência entre o que diz e o que faz e, ainda, entre os valores que transmite aos alunos e os que ele mesmo vive e partilha. A imagem e a representação social são fundamentais para um adequado ambiente de aprendizagem (Triana y Muñoz, 1997, p. 125-131).

Propomos para a escola programas de prevenção da violência e indisciplina escolar que integrem os seguintes dimensões educativas: educação cívica e para a cidadania; educação para a tolerância e para a paz; educação para a diversidade e para a não-violência;

educação para a convivência; educação ambiental, patrimonial e de consumo; educação social e afectiva; voluntariado social; etc. (Vettenburg, 2000, p. 226-231). É conveniente que estas dimensões estejam previstas ao nível curricular e no Projecto-Escola, mas devem envolver mais actores educativos da comunidade.

## 2 – Prevenir para construir a disciplina

A discussão sobre a violência e comportamentos anti-sociais dos alunos nas escolas tem subjacentes questões e desafios com profundas implicações para a comunidade escolar e para a sociedade em geral (Estrela, 1992; Fonseca, 2000, p. 30-49; Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira e Cardoso, 1995, p. 35-71). Interrogamo-nos se a escola poderá continuar a ser um instrumento de coesão social e de integração democrática dos cidadãos. Após um período amplo de democratização educativa manter a inclusão nas escolas parece ser um desafio. As medidas educativas relacionadas com a diversidade, por exemplo, a aprendizagem para a convivência, a educação das atitudes e para os valores, os direitos e a tolerância, são algumas prioridades que devem constar dos projectos educativos, no âmbito de uma educação institucionalizada.

É reconhecido por todos que teremos que compreender e construir a disciplina nas nossas escolas, sendo essa uma tarefa de todos os agentes e actores educativos. Não basta servirmo-nos dos estatutos disciplinares para admoestar, suspender ou punir os alunos. A resposta tem que ser pedagógica e ético-moral. Os professores devem antecipar-se aos acontecimentos ou conflitos geradores de indisciplina e violência escolar. De forma pro-activa deverão definir uma série de técnicas e estratégias que levem os alunos a estarem activos, ocupados dentro da sala de aula, evitando possíveis situações de disrupção ou de conflito. Trata-se da aplicação de uma pedagogia diferenciada e da convivialidade relacional na escola. Para tal o professor deverá conhecer bem a turma e os alunos, através de actividades organizadas em grupo e individualmente.

A cultura escolar terá de estar em ligação com o exterior, com a comunidade, sempre em sintonia com o projecto da escola. Esse espaço, com o seu respectivo ambiente, tem de ser construído conjuntamente por alunos e professores, com técnicas e estratégias de pedagogia diferenciada. Com tal espaço de liberdade, estaremos a construir a disciplina, conscientemente assumida (processo de consciencialização) e a desenvolver uma aprendizagem colaborativa e/ou participativa. Todos podemos aprender, teremos é de aprender de maneira diferente. Devemos ter bem presente que a disciplina se constrói dentro e fora da sala de aula e da escola. Para tal é fundamental implementar nas escolas uma gestão democrática e participativa, a valorização da opinião e o poder de iniciativa de todos, incluindo as dos alunos, de modo, asentirem-se respeitados e aderirem espontaneamente às normas e valores da escola (Amado, 2000, p. 45-47).

Distinguimos dois tipos de situações, que requerem dois tipos de ‘medidas’, perante os comportamentos anti-sociais e/ou de indisciplina dos alunos nas aulas e nas escolas. Por um lado há que tomar uma ‘*medida global*’ para com aqueles problemas comportamentais

dos alunos, que implicam uma prevenção primária. Trata-se da necessidade de haver uma convivência escolar (relações interpessoais, aprendizagem da convivência) que se converta no núcleo da vida da escola. Deste modo, cada escola deverá analisar as relações de convivência no seio da comunidade escolar (conflitos reais e potenciais) e no contexto do currículo, incluindo todas as decisões curriculares propostas (Cerezo y Esteban, 1992, p. 136-140; Costa e Vale, 1980, p. 37; De Cauter, 1999, p. 13-17). Esta ‘medida globalizadora’ assume a questão da psicologia da convivência e da pedagogia das relações pedagógicas na escola.

Por outro lado, aprender para a convivência, desenvolver relações interpessoais de colaboração, estimular a participação nas actividades da escola, praticar hábitos democráticos fundamentais, respeitar os outros, são aspectos importantes que se colocam ao nível do currículo e da estrutura organizativa da escola. Os próprios conflitos de convivência e os desafios quotidianos da vida escolar afectam toda a comunidade e, por isso, espera-se que todos os seus membros se impliquem activamente na sua prevenção e resolução.

A resposta educativa ‘global’ aos problemas e conflitos gerados pela indisciplina e violência escolar terá que superar três considerações que erradamente possuímos. A primeira é que a violência não é um problema característico das escolas. Sempre houve violência escolar, só que os meios de comunicação, na actualidade, enfatizam estes fenómenos. Em segundo lugar, a violência escolar ocorre acidentalmente, havendo escolas mais propícias a essa difusão da indisciplina, devido ao meio envolvente. Na verdade, todos os fenómenos de violência e indisciplina escolar estão interrelacionados entre si, associados às variáveis escolares, sociais, culturais e familiares. Em terceiro lugar, estes fenómenos não podem ser eliminados por medidas repressivas e de coacção. Haverá que apostar na gestão democrática da escola para que se desenvolva uma aprendizagem da convivência assumida com responsabilidade por todos.

Além daquela ‘medida global’, há uma outra complementar, a ‘*medida especializada*’. Esta consiste num conjunto de programas específicos destinados a enfrentar os aspectos determinantes dos comportamentos anti-sociais, manifestações de indisciplina ou de violência. Os programas deverão ser implementados pelos professores após uma acção especializada (acções de formação contínua), de modo a aplicarem as metodologias e técnicas necessárias para uma maior participação da comunidade escolar (Martins, 2002; Vettenburg, 1999).

### **3 – Programa educativo de intervenção escolar: técnicas e estratégias**

O modelo de intervenção educativa nas escolas deverá partir de uma análise ecológica à abordagem do sistema de regras, normas, valores, sentimentos e comportamentos que denotam a violência e a indisciplina escolar. Esta forma de intervenção requer dos professores uma motivação acrescida na luta entre esta problemática, em sintonia com o ‘design’ do Projecto educativo da escola, debruçando-se

sobre as relações interpessoais, segundo dois planos de análise do ecossistema social da escola: a convivência e as actividades escolares. Ambos os planos estão articulados entre si, dando-nos a perspectiva da realidade social, cultural, educativa e psicológica da escola como uma comunidade de convivência, em que se aprende de modo significativo e criativo e se projecta o currículo explícito, implícito ou oculto.

Trata-se de pôr em evidência um ‘modelo comunitário’, importado das áreas científico-pedagógicas e profissionais, como a antropologia, a epistemologia, as ciências médicas, as ciências da educação, a ecologia escolar e a interculturalidade. Este modelo poderá ser o mais idóneo para abordar a prevenção da violência escolar (Ohsako, 1998, 78-91). Assim, cada escola apresenta-se como uma unidade de convivência, configurada a partir da articulação de todos os agentes e elementos educativos (professores, alunos, pais e comunidade escolar).

A planificação da intervenção implica a elaboração conceptual de programas de trabalho com instrumentos, desde a análise dos sistemas de actividade (ensino ministrado, actividades escolares, tempo livre) à análise dos modelos de convivência (distribuição e exercício do poder, modos de comunicação, normas reguladoras da vida escolar). O ‘*design*’ de objectivos, acções e sua avaliação fundamentam-se numa lógica de ordenação das iniciativas que cada equipa de professores sugere (intenções práticas). Utilizando a metáfora vigotskiana da ‘*caixa de ferramentas*’ (conceitos, procedimentos e atitudes), dispomos dos instrumentos úteis para realizar a intervenção (Trianes y Muñoz, 1997, p. 62-66; Vinyamata, 2002, p. 39-53).

Para melhorar a convivência escolar propomos programas educativos baseados na dimensão afectiva dos alunos (educação pelos valores): sentimentos, emoções e relações de amizade. Trata-se de um programa de gestão (democrática) e de democratização da convivência (relações humanas), que permita o cumprimento das regras e das normas reguladoras da vida quotidiana na sala de aula e na escola. Exige-se o trabalho cooperativo, em equipa, por parte dos alunos quando executam as tarefas ou as actividades escolares que lhes são sugeridas no âmbito de uma aprendizagem criativa e colaborativa, de modo a que possam (auto) regular a comunicação, as tomadas de decisão e as iniciativas, cumprindo as tarefas propostas. Neste sentido, o professor é considerado um educador criativo que se esforça por estar atento (auto-controlo) a todas as reacções e às relações que tomam os alunos ao longo dos diferentes momentos de aprendizagem (Estrela e Amado, 2000, p. 15-29; Vettenburg, 1999, p. 81-93).

Efectivamente, o professor terá que ter em conta uma tríade de influxos na sua acção educativa: a gestão da vida quotidiana da aula (democracia vivenciada com normas aceites por todos); análise formativa dos valores nos alunos (vinculação da educação emocional e sentimental com os valores morais); e análise do tipo de ensino-aprendizagem implementado, observando a cooperação, o diálogo, as tomadas de decisão, a discussão e a competitividade positiva dos alunos. Deste modo, o professor expandirá a inovação, a reflexão e terá mais auto-estima na sua intervenção, conhecendo e compreendendo as

necessidades e as expectativas dos seus próprios alunos dentro e fora da aula (Ortega y Mora-Merchán, 2000, p. 11-18).

Esta intersecção do plano de convivência escolar (gestão democrática) com o plano de actividades escolares (aprendizagem colaborativa e criativa) e o plano dos sentimentos e emoções da vida escolar só será possível através de uma pedagogia do ‘encontro’ que implica um tipo de relações interpessoais espontâneas (não improvisadas), difusão de amizade entre iguais e uma tolerância para com as diferenças. As linhas programáticas da intervenção exigem a articulação dos programas de gestão democrática da convivência, com o programa de trabalho cooperativo em equipa e o programa de educação pelos valores, da educação de emoções, sentimentos e atitudes (Grotperter and Crick, 1996, p. 2329-2331; Lassare, 1999, p. 39-45).

Por outro lado, o desenvolvimento de um currículo flexível e cooperativo implica a aceitação de certos conteúdos, que deverão ser bem aprendidos pelos alunos. Este modelo cooperativo supõe que o processo comunicativo, implícito na função de ensinar, se insere na actividade de aprender. O trabalho preventivo contra a violência e a indisciplina exigirá modificar a forma de ensino-aprendizagem num modelo cooperativo de aprendizagem, estimulador da comunicação e da consciencialização. Assim, melhoram-se o clima afectivo, as atitudes e os valores positivos (Amado, 2000, p. 67-73; Lind and Maxwell, 1996, p. 56-62).

A actividade de ensino-aprendizagem deve apoiar-se nas motivações (estado atitudinal e afectivo) e nos interesses dos alunos e do professor. Será importante, em termos de transversalidade curricular, incluir programas com conteúdos referentes aos sentimentos, às atitudes e aos valores, de maneira a poder trabalhar o conhecimento interpessoal ou psicológico e as relações. Como técnicas a incluir, citamos o jogo, o debate ou discussão em fórum, os contos, a simulação e interpretação de papéis e o estudo de casos específicos com a ajuda de textos ou vídeos. Ainda sugerimos a inclusão das técnicas de mediação de conflitos, a interajuda entre iguais, a metodologia de repartição de responsabilidades, as estratégias de desenvolvimento da empatia e a reciprocidade moral (Amado, 2001, p. 34-39; Cerezo y Esteban, 1992, p. 134-137).

### **Reflexões finais**

O sistema educativo introduziu o estatuto disciplinar e regras, as mais das vezes exteriores aos professores e aos alunos. Não é fácil esse processo de exigência e de aplicação dessas normativas, pois as actuais gerações de alunos transportam tipos de comportamentos, por vezes difíceis de serem detectados pelos professores e pela escola. Cabe à comunidade escolar construir a disciplina a partir da liberdade e a autoridade educativa, isto é, desde o sentido do ofício do aluno (sentido de responsabilidade, autoconfiança, convivência social democrática).

A escola pode evitar os conflitos e as situações de indisciplina e violência escolar. Há muitos exemplos de escolas, de muitos professores, de muitas associações de pais e

encarregados de educação que criam um ambiente de convivência escolar e uma cultura de relações humanas. É bom que compreendamos que nem tudo passa pela escola e que esta não faz milagres se a família e a comunidade não ajudar a evitar essas situações, melhorando o clima e ambiente educativo, criando condições favorecedoras de uma adequada aprendizagem dos alunos.

Os programas de prevenção podem proporcionar às escolas e aos professores instrumentos de qualidade para o seu trabalho diário dentro da sala de aula e para atenuar e, se possível, evitar o aparecimento de conflitos, processos de indisciplina oculta e comportamentos anti-sociais. A utilização de qualquer programa na escola terá que inserir-se sempre no contexto do Projecto – Escola (ou ao nível do Agrupamento de Escolas) e estar relacionado com a questão da convivência e das relações, mas adaptado às características e às possibilidades de cada escola.

De facto, a escola e os professores não possuem nenhuma varinha de condão para suprimir conflitos. Haverá que implicar as relações de parceria da escola com as instituições da comunidade, com a família, num esforço comum para encontrar respostas pedagógicas para esses problemas, de modo a respeitar e atender à diversidade e pluralidade social e cultural dos alunos, adequar as suas propostas educativas e os projectos (de escola e curricular) aos interesses e características dos seus alunos, evitando o abandono e o insucesso escolar. Uma escola capaz de envolver os alunos, de os motivar, de perceber os seus problemas e necessidades, construindo conjuntamente as regras e as normas de funcionamento e de convivência escolar, de incentivar a formação dos jovens como cidadãos activos, críticos e participativos. Uma escola capaz de lutar por uma verdadeira autonomia, combatendo os constrangimentos que surgem para construir alternativas pedagógicas, exigindo a afectação de recursos, meios e espaços necessários, criando gabinetes psicopedagógicos e equipas integradas pluridisciplinares de apoio.

Enfim, uma escola que permita aos jovens viver a escolaridade como um momento fundamental do desenvolvimento da sua personalidade e de competências, de espírito criativo e crítico, ou seja, que se assuma como um espaço de aprendizagens e de formação ao longo da vida, fomentando uma consciência cívica, solidária e de respeito pelas diferenças.

## **Bibliografia**

- AMADO, J. *A construção da disciplina na escola – Suportes teórico-práticos* (Cadernos CRIAP n.º 9). Porto: Edições Asa, 2000, p. 381
- AMADO, J. *Interação pedagógica e indisciplina na aula*. Porto: Edições Asa, 2001, p. 344
- CEREZO, F. y ESTEBAN, M. 'La dinámica bully-victima entre escolares. Diversos enfoques metodológicos'. *Revista de Psicología Universitas Tarraconenses*, Vol. XIV, 2, 1992, p 131-145
- CHARLOT, B. et EMIN, J.C. *La violence a l'escole: état des savoirs*. Paris: A. Colin, 1997.
- COSTA, M.; VALE, D. *A Violência nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional,

1980, p. 293

DE CAUTER, F. *Methodology for developing projects involving general prevention*. Leuven: Onderzoeksgroep Jeugdcriminologie, 1999, p. 375

ESTRELA, M.<sup>a</sup> Teresa *Relação pedagógica, Disciplina e indisciplina na sala de aula*. Porto: Porto Editora, 1992, p. 342

ESTRELA, M.<sup>a</sup> Teresa & AMADO, J. da Silva 'Indisciplina, violência e delinquência na escola: uma perspectiva pedagógica'. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIV, n.º 1, 2, 3, 2000, pp. 249-274

ETXEBERRIA BALERDI, F. 'Violencia escolar'. *Revista de Educación*, 326, 2001, 119-144.

FERNÁNDEZ, I. *Prevención de la violencia y resolución de conflictos. El clima escolar como factor de calidad*. Madrid: Ed. Narcea, 1998, p. 297.

FONSECA, A. Castro. 'Comportamentos anti-sociais: uma introdução'. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIV, n.º 1, 2, 3, 2000, pp. 9-36

FONSECA, A. C.; SIMÕES, A.; REBELO, J.A.; FERREIRA, J.A.; CARDOSO, F. 'Comportamentos anti-sociais referidos pelos próprios alunos: novos dados para a população portuguesa do ensino básico'. *Psicologica*, n.º 14, 1995, pp. 39-57

GROTPETER, J. K. and CRICK, N. R. 'Relational aggression, overt aggression and friendship'. *Child Development*, n.º 67, 1996, pp. 2328-2338

LASSARRE, D. *Violences scolaires et valeurs: une approche psychologique* (Seminaire de Violence Scolaire). Luxemburgo : Federation de Syndicate – CSEE, 1999, p. 236.

LIND, J. and MAXWELL, G. *Children's experience of violence at school*. Wellington: Office of the Commissioner for Children, 1996, p. 253.

MARTINS, Ernesto C. 'O cenário da indisciplina e violencia escolar. Estratégias de prevenção e intervenção'. In: *Actas do VII Congresso da AEPEC – Por uma Escola sem Violência* (Évora, 24 a 26 de Outubro). Évora: Universidade de Évora, 2002, Documento policopiado de pág.s 23

OHSAKO, T. *Violence at school. Global issues and interventions*. Bruxelles: UNESCO, 1998.

OLWEUS, D. *Bullying at school. What we know and what we can do*. Oxford: Blackwell, 1993.

ORTEGA, R. *Violencia escolar. Mito o realidad*. Sevilla: Mergablum, 2000, p. 379.

ORTEGA, R. y MORA-MERCHÁN, J. 'Agresividad y violencia. El problema de la victimización entre escolares'. *Revista de Educación* (Madrid), 313, 2000, pp. 7-28

SMITH, P. K. and SHARP, S. *School Bullying*. London Routledge, 1994, p. 265.

TRIANES, M. V. y MUÑOZ, A. 'Prevención de la violencia en la escuela: una línea de intervención'. *Revista de Educación* (Madrid), n.º 313, 1997, pp. 121-142.

VETTENBURG, N. 'Violência nas escolas: uma abordagem centrada na prevenção'. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIV, n.º 1-2-3, 2000, pp. 223-247.

VINYAMATA, E. *Manual de prevención y resolución de conflictos*. Barcelona: Ariel, 2002.